

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou conhecimento de que os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) reduziram a capacidade das caixas de e-mail dos profissionais de saúde. Esta redução resultou em que as caixas de entrada dos e-mails vissem a sua capacidade reduzida de 50GB para apenas 2GB. Esta situação resulta, obviamente, em dificuldades acrescidas para os milhares de médicos de família de todo o país que agora se deparam com a impossibilidade de receber novos e-mails através do endereço profissional.

Segundo as informações conhecidas, as ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte foram as mais afetadas sendo que existem médicos que, visto já terem atingido os 2GB de limite, ficaram impossibilitados de receber novas mensagens. Isto, numa altura em que as restrições derivadas da Covid-19 obrigam a que os médicos de família usem cada vez mais este meio para contactar com utentes.

Alegadamente, esta redução que faz parte de um novo acordo por parte do SNS e que consiste em downgrades ao Office 365, foi comunicada apenas a médicos da ARS Centro a 1 de outubro, tendo o mesmo não acontecido para os médicos da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, que apenas tiveram conhecimento da situação hoje.

Esta é uma decisão incompreensível e o Bloco de Esquerda que vê com enorme preocupação as dificuldades resultantes desta redução. Já em situação normal não faria sentido, mas agora, e perante o contexto da atual pandemia de Covid-19, dificultar o trabalho aos profissionais de saúde na receção de documentos, análises, resultados de exames e diálogo com os pacientes é simplesmente inaceitável.

A última coisa que o SNS precisa neste momento é um downgrade na capacidade de resposta. O reforço deve ser a prioridade e não uma visão economicista que limita os cuidados de saúde prestados em Portugal.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento da situação?
2. O que motivou este downgrade do serviço em questão?
3. Está disposta a tutela a repensar e reverter esta decisão?
4. Tem o governo intenções de reforçar a rede informática dos cuidados de saúde?

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)